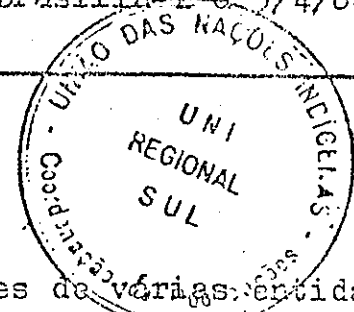


Relatório "II ENCONTRO DE LIDERANÇAS INDÍGENAS" - Brasília - 2 a 5/4/84



• PROPOSTA

25 de novembro de 1983 - Reunião de representantes de várias entidades de Apoio à Luta Indígena, deputados membros da recém criada Comissão do Índio no Congresso Nacional, representantes indígenas e alguns membros de instituições internacionais de apoio financeiro ao movimento indígena.

Esta reunião, que foi convocada pelo deputado Mário Juruna, teve como objetivo a discussão da série de decretos e projetos, tanto na área do poder legislativo quanto do executivo, que tinham sido feitos "contra" a população indígena, em número impressionante se considerarmos o período anterior (82/83). Essas discussões tiveram grande peso nas decisões que levaram ao II Encontro, pois não víamos como enfrentar uma verdadeira bateria de decretos senão convocando uma grande mobilização dos diretamente interessados: O Povo Indígena.

Foi também nesta reunião que recebemos a notícia do assassinato de nosso parente, grande lutador Marçal Guarani. Tudo o que vinha ocorrendo no tocante a política indigenista governamental se apresentava tão absurdo e ao mesmo tempo tão agressivo que a proposta de uma grande mobilização de lideranças indígenas, apresentada por Juruna, foi imediatamente aceita. Ato contínuo foi a permanência de alguns representantes de outros estados (estávamos em Brasília) para uma reunião já no sentido de formar os grupos de trabalho para a preparação e convocação do Encontro.

Entidades Organizadoras: Segue, em anexo, um texto que foi produzido na ocasião da primeira reunião, apresentando os participantes ou membros da organização do Encontro. Esse texto foi a justificativa e ao mesmo tempo apresentação do pedido de financiamento encaminhado a várias agências financiadoras.

Divulgação/Preparação do Texto Base: Uma proposta que ficou firmada desde o início dos entedimentos para este Encontro foi a de que seria feito uma publicação - Cartilha - esclarecendo para a população indígena os textos jurídicos: decretos presidenciais, projetos de leis em tramitação no Congresso, legislação existente sobre terras indígenas, assistência, obrigações do Estado, etc.

A Coordenadoria de Publicações da UNI-Regional Sul (em São Paulo), assumiu essa tarefa contando com a assessoria do Departamento Jurídico da Comissão Pró-Índio de São Paulo. A princípio dividiria esta tarefa, no tocante a impressão e distribuição, com o gabinete do deputado Mário Juruna. Como a gráfica do Congresso foi fechada para reforma, coube à Regional Sul da UNI todo o trabalho (custos de produção, edição, publicação e distribuição da Cartilha), atrasando em parte sua edição e sua



distribuição foi feita no Acampamento em Brasília, ^o que aliás acabou sendo uma forma de garantir que cada representante indígena presente recebesse um exemplar e tivesse condição de discutir com os outros companheiros o conteúdo deste documento.

Orcamento/Despesas: Os gastos com este Encontro obedeceram estritamente as propostas apresentadas no Projeto encaminhado às agências financiadoras, ou seja, hospedagem e alimentação; transporte aéreo/terrestre/fluvial e alimentação em viagem; despesas diversas: telefone, xerox, medicamentos, transporte local e material de documentação.

O Projeto foi feito inicialmente com base na proposta de se pagar estadia e alimentação à CONTAG, local onde ficaram hospedados os representantes do I Encontro em 1982. Decidindo mais tarde, já na fase de definição do Encontro, que ficaríamos acampados. Isso por várias razões: maior liberdade, maior proximidade ao Congresso Nacional (A CONTAG fica muito distante) - onde ocorreu a maior parte das reuniões e, principalmente, o barateamento da hospedagem e deslocamento de recursos para transporte interno, garantindo assim um maior número de representantes ao Encontro.

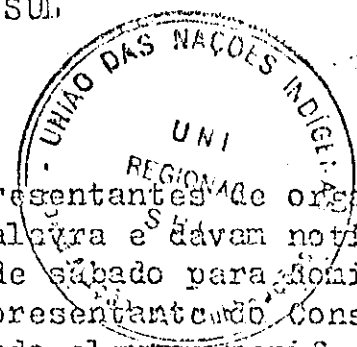
Acampamento: Decidido em reunião que tivemos em fevereiro, segunda quinze na, na Comissão do Índio, em Brasília, com a presença de representantes de vários grupos de trabalho: CIMI, ABA/BSB, Gabinete do Juruna, Pró-Memória, INESC, UNI. O passo seguinte foi garantir o local. Somente na 2ª quinzena de março foi que obtivemos a confirmação do Clube dos Escoteiros de Brasília e passamos a garantir barracas para a instalação no local. Não conseguindo barracas junto ao Corpo de Bombeiros nem à outras instituições passamos a fazer contato junto a particulares, como aluguel.

A infra-estrutura ficou concluída com a confirmação da empresa que forneceria marmitas: almoço/janta/café da manhã durante todos os dias do Encontro.

O tempo chuvoso; a falta de acomodações além das barracas existentes, trouxe alguns contratemplos. Nos dois últimos dias do acampamento continuava a chegar gente e foi preciso providenciar algumas hospedagens fora do Camping. Considerando que a presença de representantes indígenas foi o dobro do previsto, tivemos um Encontro, no tocante a infra-estrutura, muito tranquilo

.. O ENCONTRO

Apesar de ter fixado a data de 2 de abril para a chegada (na parte da manhã, pois o fornecimento da alimentação ficou confirmado para esta data) no dia 30 de março chegou a primeira delegação: os Guajajara do Maranhão. No dia 1º de abril, um dia antes do previsto, já contávamos com 200 representantes das várias regiões do país. E não parou de chegar gente! Cada delegação que chegava fazia sua apresentação ali no nosso acampamento: uns discursavam, outros apresentavam cantos. Contavam da viagem, davam notícias do Brasil.



Nossos irmãos peruanos, argentinos, paraguaios - representantes de organizações indígenas dos respectivos países - tomavam a palavra e davam notícias do movimento indígena da América do Sul. Na noite de sábado para domingo (30/3 p/ 1º de abril) Salvador Palomino Flores, representante do Conselho Índio de Sudamérica (CISA), cantou e dançou mostrando algumas manifestações da cultura Quíchua, povo ao qual pertence.

Dia 02/04: Congresso Nacional - Nosso companheiro, deputado Mário Juruna, nos convocou para seguirmos para o Congresso. Lá teríamos uma ampla sala para realizarmos nossas reuniões. A proximidade do acampamento permitiu que as reuniões fossem realizadas em dois turnos: de manhã e tarde no Congresso, fazendo o almoço no acampamento.

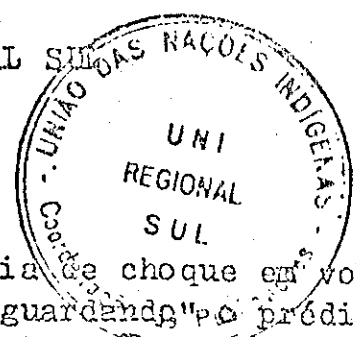
A programação do Encontro, que a princípio seguiria os temas propostos na Cartilha, como, Código Civil, Demarcação das Terras Indígenas, Mineração, etc., sofreu uma grande mudança devido a situação que se criou no Parque Nacional do Xingu: Os índios Txukahamãe, do PNX, haviam confiscado a balsa que faz o transporte na estrada BR-080, rio Xingu, que corta o Parque ao meio e que há anos vem permitindo a invasão de fazendeiros no local. O presidente da FUNAI havia marcado uma reunião com estes índios para uma tentativa de solução ao problema que vem se arrastando há anos e não compareceu. Sequer deu uma justificativa. Os Txukahamãe, apoiados por outras tribos do Parque, resolveram tomar medidas drásticas: aprisionam a balsa e funcionários da FUNAI que se encontravam no Parque e exigem a presença do presidente da FUNAI (que dias atrás havia estado em reunião fechada, em Brasília, com fazendeiros locais) para uma definição na resolução do problema: querem a demarcação dos 40 km, à margem direita do rio Xingu, que por direito lhes pertence. Além de não comparecer o presidente declara: "Preciso manter o princípio de autoridade, não negocio sob pressão." Os índios ficam furiosos e exigem a saída imediata deste presidente.

Com grande maturidade na condução de tantos problemas que afligem o povo indígena neste país, os 450 representantes indígenas, vindos de todas as regiões do país - do Oiapoque/AP: Galibi, Karipuna, Falikur ao Chuí/RS: Guarani - discutiram todos os temas propostos, apoiando integralmente a luta dos nossos irmãos do Xingu: exigindo a saída do atual presidente da FUNAI.

A imprensa de todo país embola tudo: mostra os índios do Xingu lutando para defender o seu território, Juruna denunciando a arbitrariedade do órgão tutor e como pano de fundo "um encontro de lideranças indígenas em Brasília".

Documentos Encaminhados ao Governo: O Procurador Geral da República recebeu das mãos de uma delegação formada por líderes e chefes indígenas, presentes ao Encontro, uma representação contra o decreto que regulamenta a demarcação de terras indígenas.

Foi também encaminhado ao Presidente da República um outro documento, dando ciência à maior autoridade do país, da situação ameaçadora que se encontra o destino das populações indígenas brasileiras.



FUNAI: O Ministro Mário Andreazza colocou polícia de choque em volta de todo o Ministério do Interior e ostensivamente "guardando" o prédio da Fundação Nacional do Índio, temendo uma "grande invasão dos índios" em sua sede. A imprensa deu grande cobertura do fato pondo assim em evidência o grande ridículo da situação.

Em vista deste grande alvoroço, o deputado Mário Juruna junto com mais chefes indígenas, se dirigiram até a FUNAI para saber o motivo de tantos guardas, capacetes e cachorros. Estavam com medo de que, "defendendo" o que?

Resoluções finais: Na fase final do Encontro decidimos criar um Conselho Indígena Nacional. Este Conselho contará com representantes de cada povo. Os indicados, presentes em nossas reuniões, somam até agora 46 Conselheiros, sendo que em alguns casos, como o dos representantes do Oiapoque ficou decidido entre eles que os três povos ali representados teriam um conselheiro somente. Outros povos indicaram seus representantes em caráter temporário, ficando para definir em assembléias em suas comunidades, um nome definitivo.

Esse Conselho trabalhará em conjunto com as Coordenadorias Regionais da UNI: Norte, Norte II, Centro Oeste, Nordeste e Sul; terão um fluxo de informações sobre o que ocorre na áreas indígenas de todo o país e passarão de suas aldeias notícias para todos os outros parentes espalhados pelo Brasil. Esse Conselho poderá ser convocado para Assembléia Extraordinária, quando necessário, para deliberar sobre os trabalhos do movimento indígena. Todas as decisões sobre os próximos passos da União das Nações Indígenas (UNI) serão tomados a partir destas reuniões.

O Conselho terá que ser ouvido nos casos de indicação de nomes para a presidência da FUNAI, delegados e outros funcionários ligados ao órgão.

Embora esse Conselho não tenha poderes de decisão sobre atos administrativos, todos estes atos afetam a vida das comunidades indígenas e foi nesse sentido que o deputado Mário Juruna, em projeto apresentado e já aprovado pela Câmara dos Deputados, propôs a reestruturação da FUNAI, criando um Conselho Diretor - que substituiria o presidente do órgão -, um Conselho Indígena Fiscalizador - que trabalharia na fiscalização deste Conselho Diretor - e Conselhos Indígenas Regionais - que trabalhariam junto às Delegacias da FUNAI.

Esse Conselho Indígena Nacional, que criamos em nosso Encontro, seria a escola que irá formar quadros capacitados para, a partir da aprovação do projeto de Mário Juruna no Senado, iniciar os trabalhos de reestruturação de fato deste órgão que tanto tem agido contra os interesses e os direitos (garantidos pela Constituição Brasileira) dos povos indígenas.

O apoio irrestrito de parlamentares dos vários partidos políticos, da sociedade nacional e do povo brasileiro, como um todo, que pudemos sentir nestes seis dias de intensa discussão que mantivemos, nos dará o respaldo para essa tarefa que de resto é a nossa vida.

Documentação: Todo o Encontro foi documentado por uma equipe de cinema (Hermano Penna, José Luis Penna, Marcelo Kujawski e Augusto Sevá) em trabalho conjunto com a UNI-Regional Sul que assumiu parte dos custos da produção. Este material se encontra em fase de revelação (em laboratório) e é parte de um projeto mais amplo que cobrirá além deste encontro, os fatos mais relevantes que têm envolvido o destino da população indígena deste país.

Atividades Culturais: Em duas noites consecutivas, no Acampamento, foram exibidos filmes-documentários e vídeos:

Sobre Movimento Indígena: "Índios Direitos Históricos"-1980

Sobre Índios da América Latina: 2 documentários trazidos pela CISA

Sobre FUNAI: um documentário produzido por uma equipe japonesa sobre os Txukahãne do PNX (numa visão deturpada sobre a cultura daquele povo, mas que depois serviu de discussão).

Sobre cultura indígena: 2 vídeos.

São Paulo, 17 de abril de 1980

Ailton Krenak

UNIÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS
UNI - REGIONAL SUL
Coordenação de Publicações
Rua Caiubi, 126 - Perdizes - CEP 05010
São Paulo - SP

R. Ak - Landwehr
UNI-Sul

15 de abril de 1984

15-04-84

Journal de Brasília

Sobre Índios e reis

Aleida Rita Ramos
Professora de antropologia da UNB

Enquanto os reis da Suécia visitavam Brasília há 10 dias atrás, 450 representantes de mais de 50 nações indígenas também se reuniram na capital para o maior encontro nacional de sua história. Em contraponto à pompa e circunstância do protocolo políctico, os índios, a quem foram negadas acomodações adequadas, amargavam as agruras de um acampamento improvisado, pouco apto e abrigá-los da chuva fria é interminável de uma longa noite. Chegou-se mesmo a pensar que o exagerado contingente policial que encheu a cidade tinha algo a ver com a reunião dos índios sob o pretexto de supostamente proteger os reis e sua comitiva. Porém, o Segundo Encontro Nacional dos Povos Indígenas do Brasil transcorreu em perfeita calma, apesar da tensão criada por policiais apressados da rodoferroviária e das medidas de segurança preventiva instauradas pelos dirigentes da FUNAI e do Ministério do Interior.

O que trouxe tantos índios a Brasília foi a necessidade de se fazerem vistos e presentes na sede do governo federal, esse mesmo governo que, só no ano passado, perpetrou nada menos que seis atos do executivo e do legislativo frontalmente contrários aos direitos dos povos indígenas. Desde a proposta do novo Código Civil que pretende torná-los "absolutamente incapazes" até o projeto de lei do Deputado Fagundes (PDS-RN) que pretende "emancipá-los" compulsoriamente, essas medidas do governo põem em risco a própria sobrevivência dos índios enquanto membros de sociedades constituídas. É desnecessário apontar que tais medidas foram tomadas à revelia da vontade dos índios. E foi justamente para expressar a sua vontade, repudiando veementemente esses atos, que eles vieram em massa ao Congresso Nacional.

Se compararmos este Segundo Encontro com o primeiro, realizado em junho de 1982 em Brasília, vemos algumas mudanças substanciais. No primeiro vieram 220 representantes indígenas, comparados com os 450 do segundo. Em 1982, ficaram alojados na sede da CONTAG, lá realizando suas assembleias e reuniões, ocupando um reduzido espaço político. Em 1984, acampados no Campo Escola dos Escoteiros do Brasil, ocuparam salas da Câmara dos Deputados, ao mesmo tempo em que eram manchete dos principais jornais do país durante quase uma semana. O que representa isto? Que peso têm essas mudanças para a luta indígena e seu futuro? Creio que apontam para um amadurecimento irreversível da conscientização das populações indígenas a qual, no atual momento político do país, encontra um inibido de fórum para se expressar. Por outro lado, quanto mais opressoras forem as ações do governo, tanto federal como estadual, mais os novos indígenas reagirão na defesa de seus direitos. O movimento indígena não parou, muito pelo contrário: está cada vez mais autônomo, menos paternalizado pelos brancos, mesmo por aqueles que abraçam a causa indígena como plataforma de luta política; cada vez mais ele se ergue, a partir das bases, numa associação nacional ordenada e consciente, apesar de todos os entraves legais, políticos e estratégicos colocados em seu caminho. Superando dificuldades imensas de locomoção, comunicação, e outros recursos, as comunidades indígenas continuarão a enviar seus representantes a encontros como esse, sempre que seus direitos forem tão drasticamente ameaçados como estão sendo agora.

O que sobrou de zelo diplomático para com os reis da Suécia faltou — como sempre falta — para com os representantes das nações indígenas do país. Evidentemente, não é apenas uma questão de que santo de casa não faz milagres. É que, não serão oficialmente reconhecidas como nações, as nossas sociedades indígenas não têm merecido o respeito mínimo que se deve a povos diferentes de nós. É como se o Brasil estivesse fazendo um favor em conceder que essas nações ainda existam, esquecendo que, ao tornar-se ele próprio uma nação, o fez às custas dessas outras nações, tomando-lhes territórios, vidas e até mesmo o direito de se definirem como indígenas. Um pouco mais de diplomacia doméstica não faria mal a ninguém.

Associação Brasileira de Antropologia
Seção DI

Caixa Postal 15-2887

MANA

Brasília

Índios querem providências

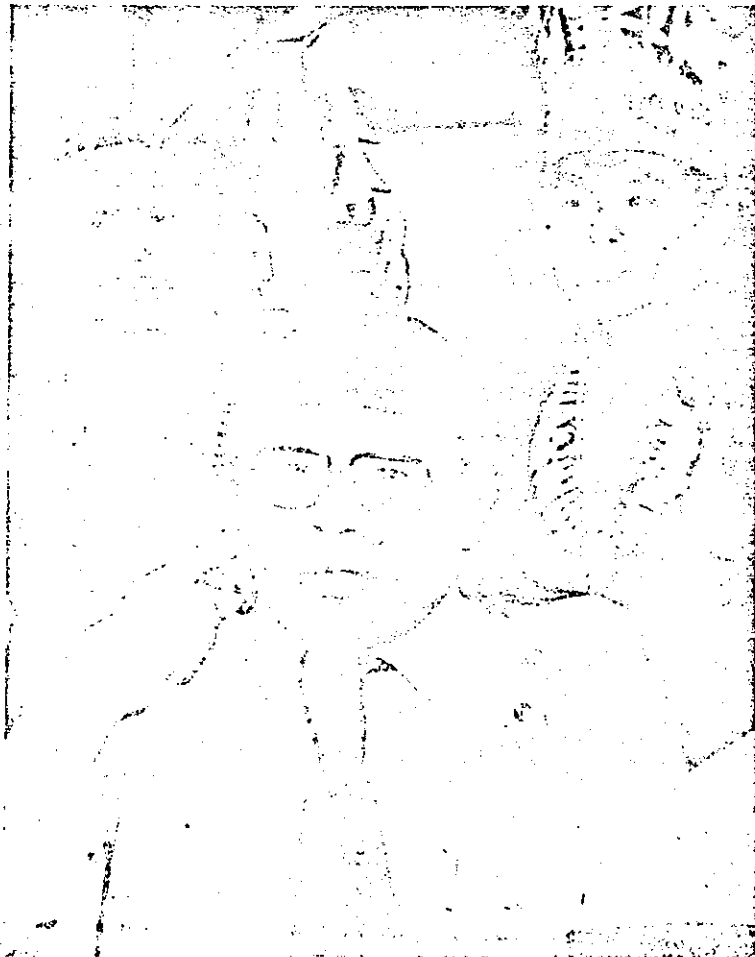
80 nações se unem em torno de seus direitos

Já foi o tempo em que os índios brasileiros se contentavam com meia dúzia de espelhos, enquanto, em nome do progresso, os homens brancos invadiam suas terras transferindo-os ou atraindo-os para determinadas áreas ao sabor dos interesses em jogo: mineração, barragens, estradas, núcleos agropecuários etc. Durante muitos anos as terras indígenas vêm sendo tituladas, entregues a fazendeiros e empresas multinacionais. Acreditava-se que bastaria aculturar os índios para que eles fossem absorvidos pela sociedade envolvente e tudo estaria bem. A postura de uma *civilização superior* diante de minorias étnicas culturalmente *inferiores* — dentro de um critério tecnológico — não deixou que se vislumbresse a possibilidade de os povos indígenas se rebelarem contra a opressão. Afinal, à medida que se deixaram aculturar, os índios aperfeiçoaram sua estratégia de luta contra, isso sim, uma civiliza-

ção mais forte — poderosa. Isso ficou bem claro no 2.º Encontro Nacional dos Povos Indígenas no Brasil, realizado na semana passada, no Congresso Nacional, em Brasília. Cerca de 300 lideranças, que iam dos galibis do Amapá aos guaranis do Rio Grande do Sul, representaram 80 nações do país firmando o manifesto encaminhado ao Presidente João Figueiredo. Nele, todos os líderes se mostram contrários à redação do novo Código Civil que os torna totalmente incapazes, ao decreto que permite o funcionamento de empresas de mineração em terras indígenas e ao Decreto 88.118/83, que tirou da Funai a responsabilidade de demarcar suas terras. Só faltou Raoni, que com seus guerreiros txucarãmãe, se mantinha de prontidão, às margens do Xingu. Uma questão ainda não resolvida: as terras que lhes foram tomadas após a construção da BR-080.

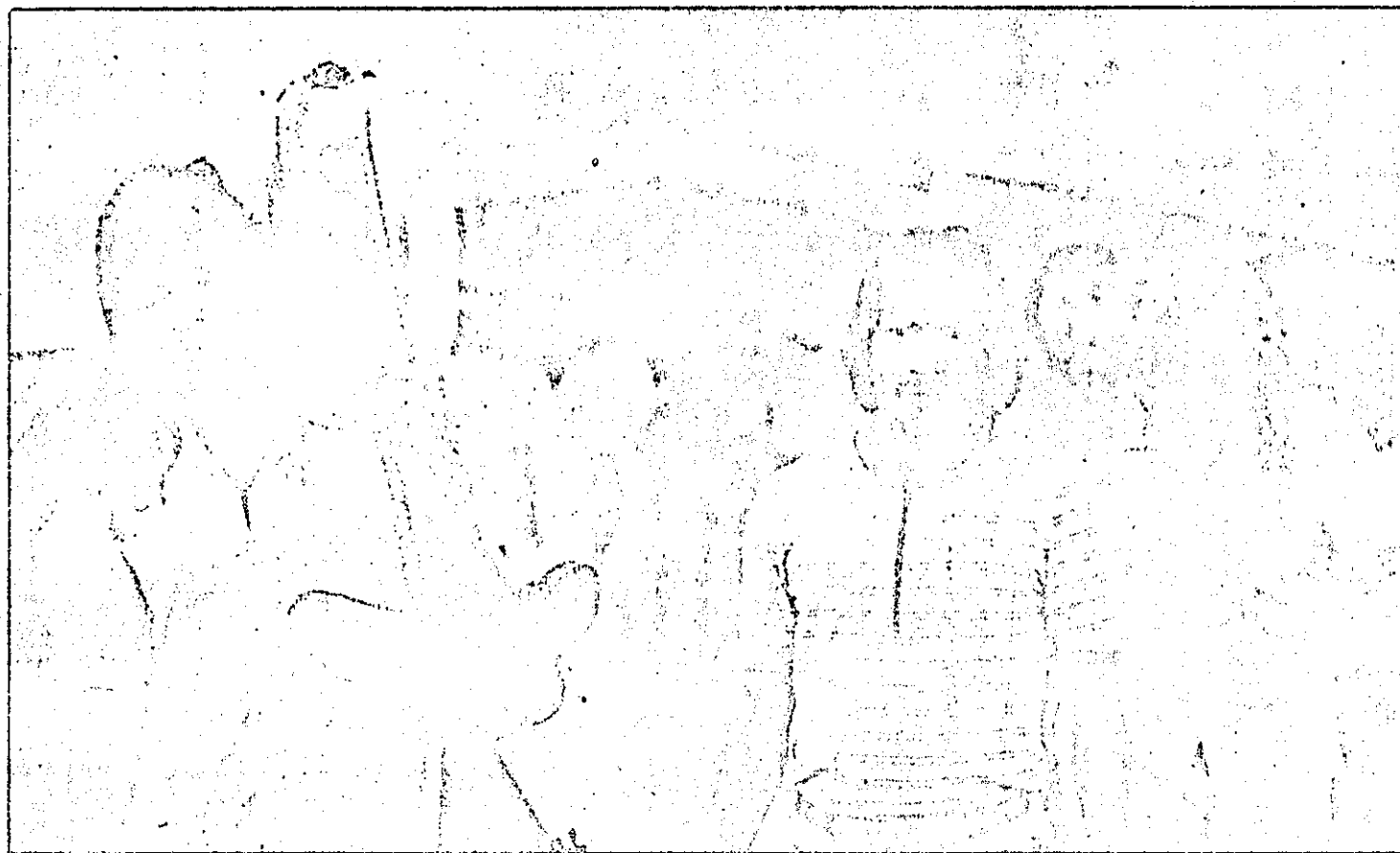
Atência Feijó

Juruna liderou no Congresso o encontro dos 300 caciques.



Rubens Amorim

LUIS MARQUES



Com exceção dos índios do Parque do Xingu, chegaram tribos de todo o País para o encontro que começa hoje

Índio luta aqui para sobreviver

"A falta de respeito do Governo" para com as comunidades indígenas e a legislação que envolve os índios serão os principais temas a serem debatidos no II Encontro Nacional dos Povos Indígenas Brasileiros, que se inicia hoje em Brasília, com a presença de 300 líderes indígenas. Organizado pelo deputado federal Mário Juruna (PDT-RJ), o encontro vai se realizar na sede nacional da União dos Escoteiros do Brasil, nas margens do Lago Paranoá, onde os índios estão acampados, e terminará na quinta-feira. Segundo Juruna, as discussões visam sensibilizar o Congresso e a opinião pública para as ameaças que representam as últimas medidas tomadas pelo Governo "modificando a situação dos índios". Página 14

Acervo Brasileiro 2/4/89

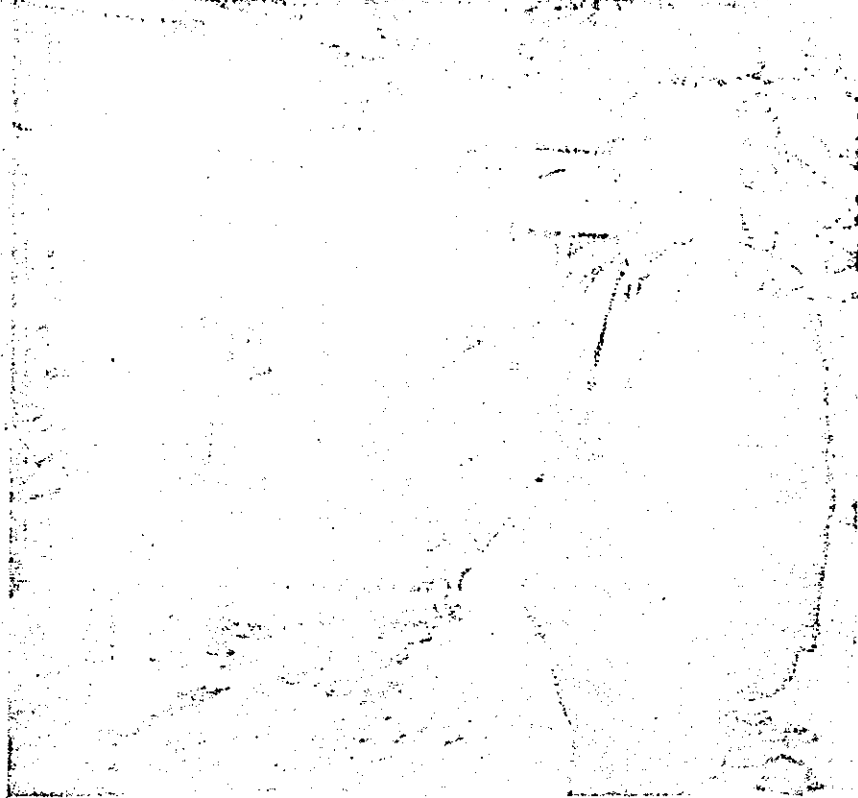
CB
2/4/89

ASP
4/4/84

S. PAULO

Andreazza convoca tropa de choque contra presença de líderes indígenas

Moreia Mariz



Indignado, Juruna vai à sede da Funai pedir a retirada da polícia

Do Sucursal de Brasília

As cenas lembravam um campus universitário da década de 60, em dia de assembleia estudantil: tropas de choque, policiais armados de cassetete e revólveres, agentes federais circulando com walkie-talkie, caôs pastores prontos para avançar. Foi assim que os funcionários da Funai encontraram o prédio onde funciona o órgão tutor dos índios, no Setor de Indústria, às oito e meia da manhã de ontem.

Do outro lado da cidade, na Esplanada dos Ministérios, as mesmas cenas. O bloco do Ministério do Interior, ao lado da Catedral, estava cercado pelos policiais. Tanto o ministro Mário Andreazza, como o presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, temendo uma invasão dos 450 líderes indígenas que estão reunidos em Brasília, solicitaram à Secretaria de Segurança Pública precauções contra os índios.

Enquanto isso, os líderes indígenas, reunidos na sala da Comissão de Relações da Câmara dos Deputados, concluíam o documento que foi encaminhado ao procurador-geral da República, Inocêncio Marlires Coelho. Em ordem, sem qualquer intenção de invadir a Funai ou o Ministério do Interior, eles escolhiam a comissão de representantes que levaria o documento.

Só às dez da manhã o xavante Mário Juruna (PDT-RJ), que coordena o encontro das lideranças, soube que a Funai estava cercada. Indignado com a "falta de respeito", o deputado dirigiu-se ao Setor de Indústria em companhia de oito xavantes, entre eles o cacique Aniceto Tsudzaverê e do deputado Nadir Rossetti (PDT RJ). Juruna foi solicitar a retirada da polícia.

Sem diálogo

O presidente da Funai não recebeu Juruna. Mandou dizer que estava em reunião. O deputado conversou apenas com um dos diretores do órgão, Carlos Grossi, que lhe disse não ter competência para retirar os policiais. Juruna decidiu então não mais fazer qualquer pedido e se justificou:

"Eles queriam que eu promettesse que não ia ter invasão. Ninguém estava pensando em invadir a Funai, mas eu não posso prometer nada. Eu resolvi deixar a Funai de lado, porque eles é que se desgastam. Não vou aceitar essa situação. Não vou ficar esperando a polícia ir e se retirar. O Estado brasileiro, com todas as suas instituições, do governo à justiça, não pode passar por isso. O Estado brasileiro, com todas as suas instituições, do governo à justiça, não pode passar por isso. O Estado brasileiro, com todas as suas instituições, do governo à justiça, não pode passar por isso."

Incidente encerra visita dos reis da Suécia ao DF

Da Sucursal de Brasília

O rei Carlos Gustavo 16º e a rainha Sílvia, da Suécia, encerraram ontem a sua visita a Brasília com um ligeiro incidente: discriminados pela Polícia Federal e por funcionários da Embaixada sueca, que não aceitaram suas credenciais emitidas pelo Itamarati e pelo Palácio do Planalto, os jornalistas brasileiros recusaram-se a comparecer à entrevista coletiva que seria concedida pelos visitantes. Um manifesto explicando o gesto foi entregue por um jornalista à rainha Sílvia, que o traduziu ao rei.

Os monarcas suecos visitaram o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal e almoçaram com o governador de Brasília, José Ornelas.

Na parte da tarde, enquanto o rei Gustavo e a rainha Sílvia seguiam para o Hotel Nacional, onde concederiam entrevista coletiva, o chanceler sueco, Lennart Bodstrom e o chanceler Saraiva Guerreiro, discutiram temas relacionados com a situação política internacional.

De acordo com porta-vozes diplomáticos, o ministro brasileiro fez uma avaliação da crise na América Central e relatou as repercussões da crise econômica mundial na economia brasileira. O ministro sueco, por sua vez, falou de relações relacionadas com a segurança e o desarmamento mundial.

As 16 horas, os dois chanceleres assinaram o acordo de cooperação econômica, científico e tecnológico entre o Brasil e a Suécia, que prevê a criação de uma comissão de cooperação econômica, científica e tecnológica.

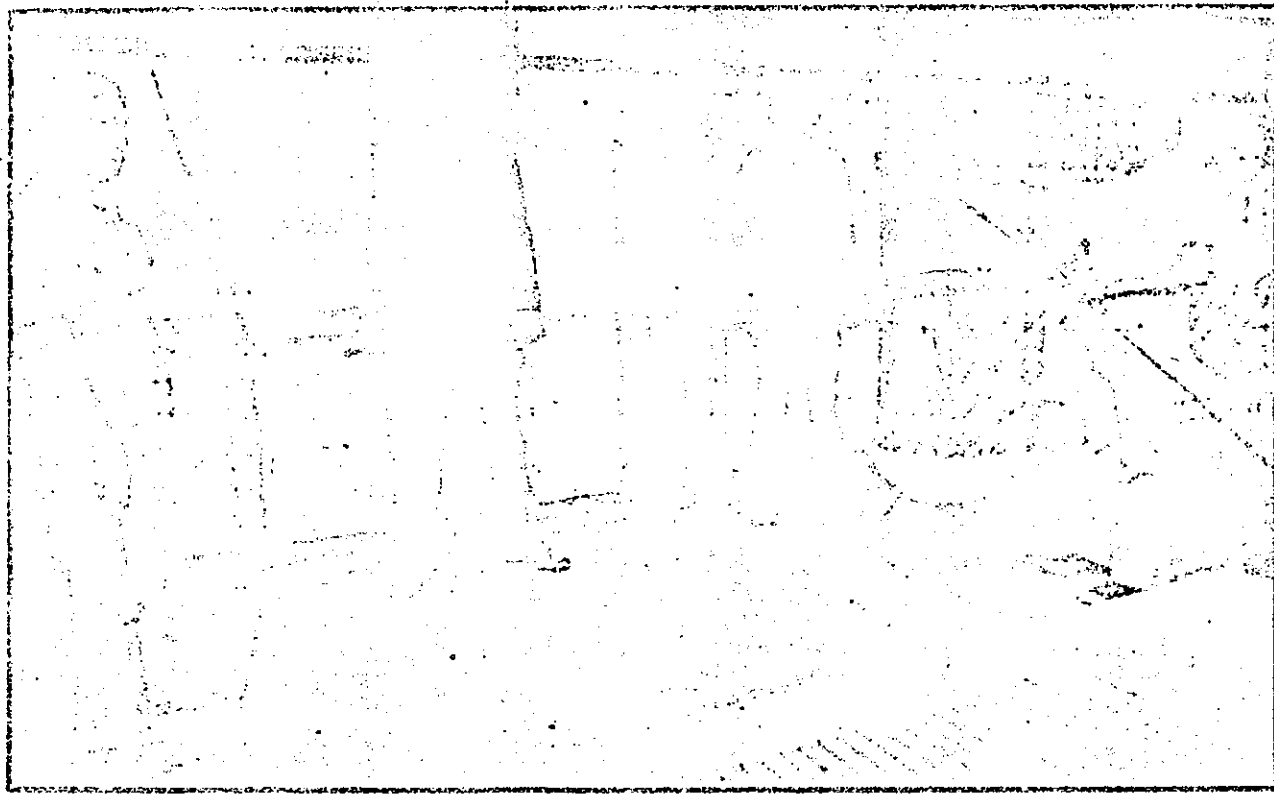
Suécia, Carlos Gustavo e Sílvia foram saudados, em sessão solene, pelo senador Roberto Campos (PDS MT) e pelo deputado Israel Dias Novaes (PMDB-SP), que lembrou "a acolhida generosa e aberta" dada a exilados políticos brasileiros ou não, pelo seu país. Os reis foram condecorados pelos presidentes da Câmara, Flávio Marçilio, e do Senado, Moacir Dalla.

O senador Roberto Campos assinou as quatro lições que a experiência sueca oferece: a vocação pacifista, a solidez democrática, a preocupação do bem-estar e a excelência tecnológica. Lembrou a influência sueca na cultura brasileira e citou nomes de empresas como a Ericsson, Eletrolux e Scania Vabis, "como parcela tradicional e vital de nossa paisagem industrial". Campos elogiou ainda o modelo "socialista" (casus do senador) sueco de quem "devíamos aprender a experiência de que é melhor socializar a produção do que o produtor".

Falando pela oposição, Israel Dias Novaes também saudou "o quadro da franca e livre democracia" sueca, ao fazer um resumo de que como funciona o poder naquele país. Novaes também referiu-se à contribuição dada pelos suecos à cultura mundial e, ao final, fez um relato da história do casamento do rei Carlos Gustavo com uma brasileira (na verdade, alemã, filha de brasileira).

No seu breve discurso de agradecimento, o rei Gustavo referiu-se à importância da visita e à cooperação econômica, científica e tecnológica entre o Brasil e a Suécia.

O Globo 4/4/84



Tropas de choque da PM impedem que índios com arcos e bordunas entrem no prédio da Funai, em Brasília

RAONI LEVA GUERREIROS PARA A SELVA

Índios não aceitam mais agentes federais no Xingu

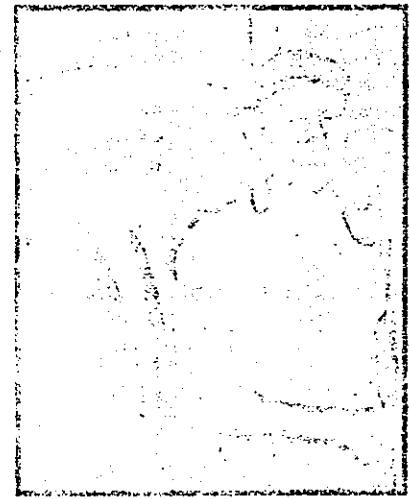
CUJABÁ — Os txucarramães, do Parque do Xingu, não querem mais os agentes federais em suas terras. Uma rádio de Goiânia noticiou — e os índios ouviram — que os agentes estavam preparando uma operação para resgatar a balsa sequestrada, o que aumentou o clima de tensão.

A Superintendência da Polícia Federal no Mato Grosso informou que dois dos quatro agentes já deixaram a área, pois o Cacique Raoni mandou comprar toda a munição disponível em São José do Xingu e embrenhou-se na selva com 50 guerreiros, sendo imprevisível sua próxima reação.

O Secretário de Segurança, Oscar Travessos, disse ter informações de que mais de 20 caciques, com um grupo de 200 guerreiros, estavam subindo para a área do conflito. Ele voltou a criticar a passividade do Presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, e não acredita que o sertanista Sidney Possuelo, indicado como emissário da Funai, encontre facilidades para contatos com os índios.

— Se eu não tiver o que negociar, os índios vão me receber muito mal — afirmou Possuelo, em Brasília, que ontem ainda esperava ordens do Presidente da Funai para viajar à aldeia do Krotire.

Ferreira Lima não teve ontem qualquer contato com a imprensa e, à tarde, sua assessoria informou que ele havia ido a Goiânia, para uma reunião com os fazendeiros da área



Índio sai de audiência com Inocência Mártires

reivindicada pelos índios, a fim de ver se acertava uma proposta concreta a ser negociada. Possuelo considera justa a reivindicação dos índios.

CERCO

Temerosa de uma invasão dos 300 índios que participam, na Câmara dos Deputados, do II Encontro Nacional de Povos Indígenas, a Funai pediu ontem a proteção da Polícia, que cercou o prédio. O Deputado Mário Juruna (PDT-RJ) foi a Funai com uma delegação e pediu que o cerco fosse levantado, mas não obteve êxito.

No encontro, o Cacique Aniçeto, da tribo Xavante, propôs uma vigilância em frente ao Palácio do Planalto até que o Governo de uma resposta às principais reivindicações dos índios:

que o índio continue como "relativamente incapaz" no Código Civil, o fim do decreto que permite a entrada de empresas de mineração nas reservas e a revogação do decreto que tira da Funai a exclusividade de propor a demarcação de reservas.

Um grupo de 50 índios foi com Juruna à Procuradoria Geral da República e conversou com o Procurador Inocência Mártires Coelho. Queriam que o Procurador-Geral arguisse a inconstitucionalidade do decreto sobre demarcação de terras indígenas e saíram da conversa satisfeitos.

— Vocês não pediram a audiência em vão, pois vieram para ser tratados seriamente e serão tratados — seriamen'te pelo Governo federal — disse-lhes Inocência.

A tarde, na sessão da Câmara, aplaudido das galerias por cerca de 150 índios, o Deputado Mário Juruna atacou principalmente o decreto de emancipação e a licença para mineração em terra indígena.

— Índio tem que continuar como índio...ao tem que ter emancipação — disse Juruna, apartado por parlamentares de todos os partidos. — Índio não é miúdo, índio não é pedra, índio não é cal. Índio é ser humano — afirmou o Deputado, que atacou o Ministro Mario Andreazza e acabou seu discurso com a defesa das eleições diretas.

Em São Paulo, em conferência no Centro de Lazer do Sesc, o sertanista Orlando Villas Boas, que pacificou os Txucarramães em 1953, afirmou que "os índios estão cheios de razão" e que os 15 quilômetros que reivindicam "devem ser reservados, inquestionavelmente, para a tribo".

O Globo 4/4/84

Além do Xingu

AILTON KRENAK

Saiado de suas aldeias dos mais distantes pontos do País, chegaram a Brasília nos dias 1º a 5 de abril passado 450 lideranças indígenas. Estes irmãos que vinham do Oiapoque, como os Galibi, Karipuna, e outros que chegavam do Chui, como os Guarani, traziam em seus corações uma firme certeza: somente nossa união poderia trazer uma solução para o difícil momento que estamos vivendo.

Estavam representados neste encontro de lideranças indígenas 85 povos. Seriam 100, não estivessem nossos irmãos do Parque Nacional do Xingu enfrentando uma das maiores crises já experimentadas pelo nosso povo. A mesina Funai — Fundação Nacional do Índio, que cercou prédios e transformou a cidade de Brasília numa praça de guerra durante os cinco dias que estivemos acampados em nossa Capital Federal, também havia cercado, com sua arrogância, a população do Xingu.

Tudo isso a imprensa brasileira e até internacional cobria com o maior interesse. Mesmo que esse interesse não significasse imparcialidade. Um jornal do Norte do País trazia em seu editorial o seguinte título: "A subversão indígena". Outros órgãos da imprensa apresentavam a movimentação indígena como cena de faroeste: o Xingu exigindo a demissão do presidente da Funai, Juruna discursando e buscando uma forma de entendimento com a Funai e, de fundo, centenas de chefes indígenas reunidos em Brasília. Talvez seja muito esperar, de parte da imprensa, uma compreensão de tão novo fenô-

meno — um povo que foi mantido durante séculos em verdadeiro isolamento cultural e principalmente político, surgindo com tanta coerência nas suas reivindicações mais legítimas.

No terceiro dia de nosso Encontro de Lideranças Indígenas em Brasília, o líder xavante Aniceto declarou-se envergonhado com a atitude das autoridades, que vindo em nossa reunião uma ameaça, decidiram guardar todas as repartições da Funai e Ministério do Interior, com a presença de policiais acompanhados de seus respectivos cães. Muitos dos chefes indígenas ali presentes, manifestaram seu constrangimento: "Não somos bichos, viemos fazer uma reunião em paz". E fizemos!

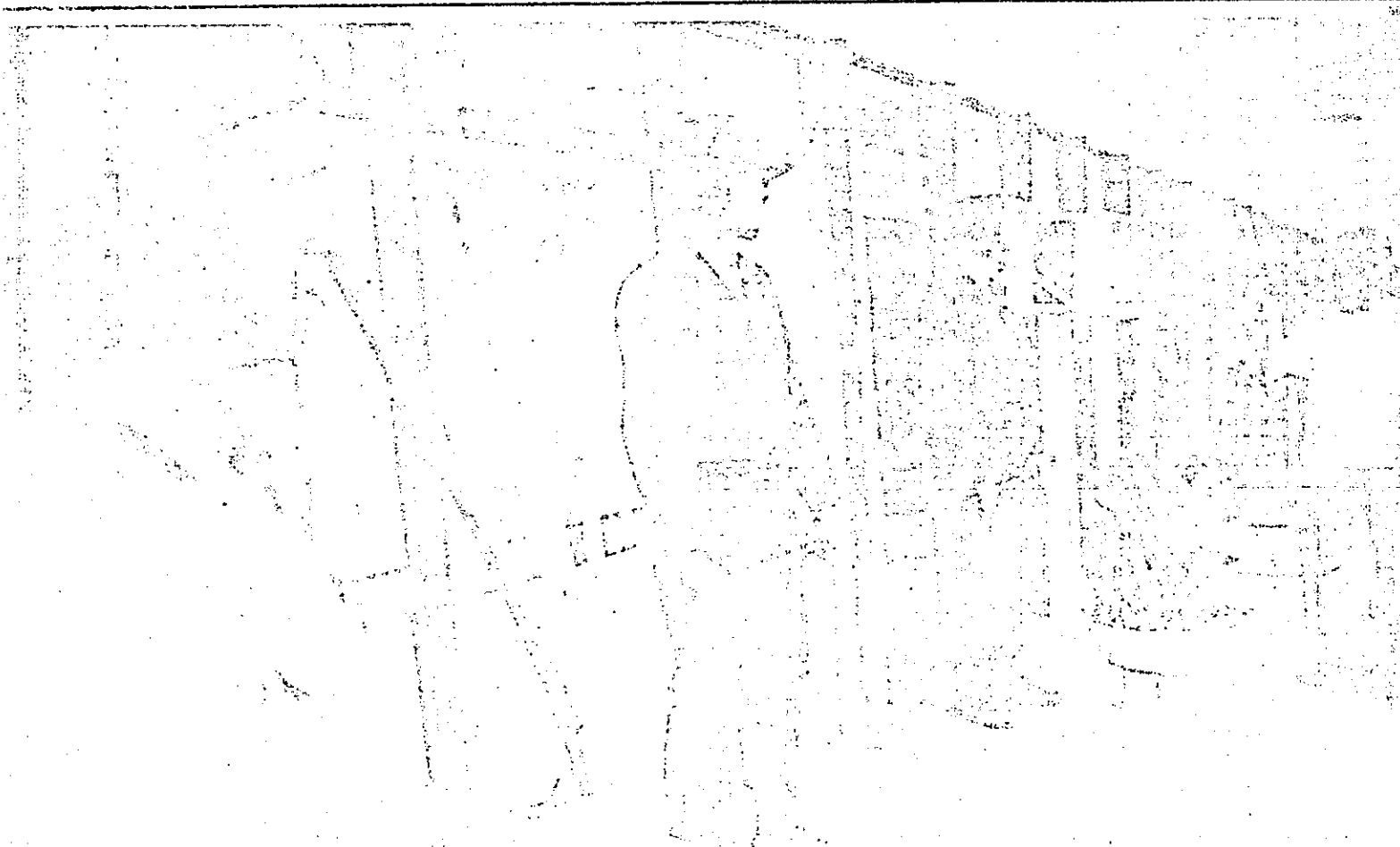
Somente agora, passados 42 dias desde o início da crise do Xingu é que se encontrou uma solução. E essa solução foi dada pela própria população indígena. Juruna foi o intermediário, Megaron foi o diplomata por excelência, juntamente com os nossos outros irmãos do Xingu. Raoni junto com seu povo definiu a pauta de reivindicações — aliás, já de todos conhecida como razoável. Se houve intransigência, não foi do Xingu. Por parte das lideranças do Parque sempre houve uma intenção muito tranquila de negociar pacificamente.

A população indígena brasileira — como todo o povo brasileiro — tem buscado formas pacíficas de solucionar crises. E isso, a despeito de toda a arrogância da Funai, um órgão que conta hoje quatro mil funcionários e com um orçamento de 16 bilhões de cruzeiros para o ano de 1984, dos quais 80% serão para a manutenção

desta estrutura que, se serve a alguém, este alguém não tem sido a população indígena.

Tudo isso foi discutido em nosso acampamento de Brasília, e também a demissão do presidente da Funai, não só como apoio à reivindicação do Xingu, mas a de todos os povos indígenas do Brasil. E chegamos à conclusão de que de nada nos adianta tirar o presidente; o que precisamos é de uma reestruturação da Funai, transformando o que existe em uma administração voltada para o atendimento aos índios, com nossa participação direta nas decisões sobre demarcação de terras, saúde, educação e, principalmente, quando se tratar de projetos que tenham e signifiquem ingerência de interesses estranhos na vida de nossas comunidades, como a BR-30, que cortou o Xingu em 1971 e foi o motivo principal da crise do Xingu. É nesse sentido que estamos buscando o apoio de todo o povo brasileiro, para termos aprovado, o mais breve, projeto do deputado Mário Juruna que propõe a reestruturação do órgão titor, criando um Conselho Diretor no lugar do presidente e conselheiros indígenas — formados por cinco líderes indicados por suas comunidades a nível nacional e regional, que teriam o papel de fiscalizar os atos da Funai. O projeto já foi aprovado na Câmara dos Deputados e agora está aguardando a apreciação do Senado. Com o apoio do povo brasileiro, teremos mais esta vitória.

AILTON KRENAK é índio da nação Krenak que habita a região do Vale do Rio Doce (MG), e coordenador de publicações da UNI — União das Nações Indígenas.



Os caciques Aniceto (esquerda) e Celestino reclamam, diante da sede da Funai, da tropa de choque convocada pelo ministro Andréa por serem a invasão dos prédios da Fundação e do Ministério do Interior pelos 450 líderes indígenas que estão em Brasília — Pág.